



## Núcleo de Advocacia Voluntária do Piauí já atendeu 150 presos

O Núcleo de Advocacia Voluntária já atendeu 150 presos que não têm condições de pagar um advogado, em Teresina. A maior parte dos atendimentos é destinada, até agora, a presos provisórios, cujo número é excessivo no estado do Piauí.

Implantado pelo Conselho Nacional de Justiça, o NAV está em funcionamento desde o dia 15 de abril na Casa do Albergado de Teresina. Atualmente, o núcleo atende a Casa de Custódia da capital, onde cerca de 690 presos cumprem pena, a maioria deles provisório. A Penitenciária Feminina de Teresina, que abriga 187 mulheres, também já está sendo atendida pelo projeto.

O NAV-PI presta serviços de orientação jurídica, esclarecimento de dúvidas, ajuizamento de pedidos e acompanhamento das demandas judiciais aos internos de baixa renda desses presídios. De acordo com o trabalho feito até agora, alguns dos presos obtiveram benefícios, como liberdade provisória e relaxamento de prisão, sempre em cumprimento à Lei de Execuções Penais. “Também estamos conseguindo agilizar o trâmite dos processos, assim como o agendamento de audiências”, comemora Veloso. O atendimento é feito por estagiários das faculdades de direito conveniadas: Universidade Federal do Piauí (UFPI), Novafapi, Instituto Camillo Filho, Faculdade Santo Agostinho e Unesc.

Cada uma das instituições de ensino indicou de cinco a dez alunos para colaborar no trabalho, além de alguns professores orientadores. Segundo o coordenador do projeto no Piauí, posteriormente, a ideia é que os atendimentos também sejam levados aos demais presídios de Teresina e do interior do estado, por meio de um ônibus adaptado que será disponibilizado pelo Tribunal de Justiça do Piauí. Um outro Núcleo de Advocacia Voluntária deve começar a funcionar a partir de agosto no Centro Nacional de Cultura da Justiça (Cenajus), nome dado ao projeto Casas de Justiça e Cidadania do CNJ no estado. Esse núcleo vai prestar orientação à população em relação a processos relacionados às áreas de previdência e família.

Além de prestar assessoria jurídica, o NAV-PI faz o intermédio com as universidades para a implantação de outros projetos voltados à reinserção social dos presos, em parceria com o Núcleo de Atenção Permanente ao Preso de Teresina. Um deles visa oferecer um curso de moda para as mulheres da Penitenciária Feminina de Teresina, que já desenvolvem dentro do presídio atividades de confecção e bordado. “Com o curso pretendemos aprimorar esse trabalho, focando na possibilidade de exportação dos produtos”, destaca Veloso. A contratação de presos que cumprem regime aberto ou semi-aberto, para trabalhar em empresas que prestam serviços ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, também é um dos projetos que está em estudo. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Conselho Nacional de Justiça.*

### Date Created

21/07/2009